

## Políticos veem tentativa de radicalização de Bolsonaro com mudanças na Defesa

**D**irigentes e líderes de partidos de centro temem que as mudanças no Ministério da Defesa, após a demissão de Fernando Azevedo e Silva, abrindo uma crise nas Forças Armadas, possam representar tentativa do presidente Jair Bolsonaro de radicalizar seu discurso e suas ações caso se sintam ameaçados.

Congressistas, governadores e dirigentes partidários viram na troca na Defesa uma tentativa de Bolsonaro de aumentar a interferência sobre as Forças Armadas.

Na visão de líderes, o presidente, ao mesmo tempo em que tenta consolidar o apoio do centrão, parece testar os limites da governabilidade, ao sinalizar uma tentativa de

controle maior do Exército. É como se preparasse um plano B, avaliam.

Entre esses atores políticos e também ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), o que minimiza o temor de atos mais autoritários é o fato de que os próprios fardados de alto escalão estão reagindo a Bolsonaro.

Diante desse cenário, integrantes do centrão ouvidos pela reportagem acreditam que a relação com o Planalto seguirá sendo de altos e baixos.

Nesta terça, os comandantes das Três Forças decidiram entregar os cargos e, em reunião com Walter Braga Netto, novo ministro da Defesa, frisaram que não deixarão Bolsonaro usar as Forças para “aventuras políticas”.

Além disso, integrantes do Judiciário e parlamentares ponderam que o presidente está em um momento de fraqueza política e não receberia aval para levar adiante medidas polêmicas, como, por exemplo, se quisesse decretar estado de sítio.

De todo modo, assustou os políticos a forma como se deu a demissão e escancarou a avaliação de que Bolsonaro quer usar as Forças a seu favor.

O sentimento é o de que, embora tenha feito acenos ao centrão colocando uma deputada do grupo, Flávia Arruda (PL-DF), para comandar a Secretaria de Governo, a inflexão que a cúpula do Congresso e empresários pediram que Bolsonaro fizesse não ocorreu nem vai ocorrer. Folhapress



## Economia



**Brasil abre 401 mil vagas de trabalho formal em fevereiro, aponta Caged**

*Página - 03*

**Prévia da carga tributária caiu para 31,64% do PIB em 2020**

*Página - 03*



**Juros caem com dados econômicos, Campos Neto e à espera de ajuste do Orçamento**

*Página - 05*



**Na contramão do exterior, dólar recua e fecha a R\$ 5,7619**

*Página - 07*

## Política

**Atrito com Bolsonaro derruba comandantes das Forças Armadas, na maior crise militar desde 1977**

*Página - 04*

## No Mundo

### É muito difícil para o Ocidente mudar a China, diz especialista



O Ocidente não tem muitos instrumentos para mudar a China, o conflito entre Pequim e Washington tende a crescer, mas no fim do dia os interesses econômicos falarão mais alto de lado a lado.

Essa é a avaliação de Arthur Kroeber, um dos mais importantes analistas econômicos norte-americanos quando o assunto é o país de Xi Jinping, acerca das renovadas tensões geopolíticas entre chineses e ocidentais.

Fundador da consultoria Gavekal Dragonomics, baseada em Hong Kong e Pequim, ele disse ao jornal Folha de S.Paulo por telefone na sexta (26) acreditar que

a recuperação chinesa pós-pandemia é “muito sólida”.

“Eles controlaram a crise muito bem. Não haverá problemas no curto prazo. Em 2020, o PIB cresceu 2,3%, o melhor das grandes economias. Em 2021, eu acho que será de 8% a 9%”, afirmou.

No mês passado, durante o encontro anual do Congresso do Povo Chinês, o governo estabeleceu uma meta modesta de 6% de crescimento, para ter espaço fiscal e atacar gargalos estruturais.

“O mais importante é a ideia de criar crescimento com a indução estatal do setor de alta tecnologia. É muito ambicioso, nunca fizeram isso, e potencialmente podem perder muito.”

Para Kroeber, “parece fazer bastante sentido focar na tecnologia”, apesar dos riscos.

Um dos focos é conquistar independência do Ocidente nas cadeias produtivas de chips, que têm sido alvo de ameaças de interrupção por parte dos EUA.

O economista aponta para o catalisador do processo: a Guerra Fria 2.0 criada por Donald Trump em 2017, na qual todo tema virou motivo de conflito entre americanos e chineses.

“Até há cinco anos, os EUA falavam de forma colaborativa sobre a China. Com Trump, decidiram competir. [O novo presidente, Joe] Biden diz essencialmente a mesma coisa”, afirma. Folhapress

### Fundo apoia organizações que atuam pelo fortalecimento cívico na América Latina

Organizações que atuam pelo fortalecimento cívico na América Latina podem se inscrever até 30 de abril para receber apoio financeiro e técnico da Pulsante, parceria entre Luminare, Open Society Foundations e Fundación Avina.

O Fundo para Organizações de Empoderamento Cívico vai financiar projetos que ajudam a fortalecer o ambiente de arena pública, de debate e defesa de causas, direitos e da cidadania, com aportes entre US\$ 80 e 120 mil.

Serão selecionadas entre cinco e seis organizações, que poderão solicitar apoio em áreas como foco em gênero, comunicação, incidência política e segurança digital por um período de 18 a 24 meses.

A prioridade do Fundo para Organizações é fortalecer e consolidar uma cidadania ativa e organizada que possa incluir vozes tradicionalmente excluídas, influenciar estruturas de poder e consequentemente, contribuir para melhorar a qualidade das democracias.

O Fundo busca propostas que amplifiquem vozes historicamente menos representadas em processos democráticos e eleitorais na América Latina; que melhorem a transparência, participação cidadã e ação coletiva em temas estratégicos da região; e que desenvolvam estratégias de incidência com capacidade de proteger e ampliar a liberdade de expressão e de informação.

Folhapress



### Conselho Europeu e OMS defendem Tratado sobre Pandemias como “legado”



O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, defenderam ontem (30) um Tratado Internacional sobre Pandemias como “legado” que os líderes atuais têm o dever de deixar após a experiência da covid-19.

Em entrevista conjunta e virtual, transmitida de Bruxelas e Genebra, Charles Michel, que lançou no ano passado a ideia do tratado, e Ghebreyesus fizeram a defesa desse pacto global, apontando-o como um “legado” que os líderes têm o dever de

deixar às próximas gerações.

Isso porque, afirmaram, “a próxima pandemia não é uma questão de “se”, mas “quando” e é preciso aprender com as lições da covid-19, que “expôs fraquezas e divisões”, disse o presidente do Conselho Europeu.

A entrevista de hoje foi antecedida da publicação de um texto, em órgãos de comunicação social de todo o mundo, que defende a proposta do tratado e de “uma arquitetura sanitária internacional mais robusta”. O texto é assinado por Charles Michel, Ghebreyesus e mais 25 líderes mundiais.

“O tempo de agir é agora.

O mundo não pode esperar pelo fim desta pandemia para começar a preparar-se para a próxima. Não podemos permitir que as recordações desta pandemia se esvançam e voltamos à vida como antes. Não podemos fazer as coisas como fazíamos antes e esperar um resultado diferente”, afirmou o diretor-geral da OMS, que pediu uma “ação robusta”.

De acordo com Ghebreyesus, o tratado internacional poderia ser baseado na constituição da OMS, incluindo princípios de saúde para todos e não discriminação, ideia partilhada por Charles Michel. RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Brasil abre 401 mil vagas de trabalho formal em fevereiro, aponta Caged



O mercado de trabalho brasileiro registrou abertura líquida (contratações menos desligamentos) de 401,6 mil vagas em fevereiro, antes de restrições de atividades terem sido intensificadas em março para conter o avanço da Covid-19. O Ministério da Economia já dá como certo o impacto das ações de isolamento nos dados a serem vistos nas próximas divulgações.

O resultado ficou acima do registrado em janeiro, (abertura de 258,1 mil postos de trabalho, com ajustes nos números para receber dados fora do prazo). Também ficou acima do mesmo período do ano passado (quando o saldo foi de 225,6 mil, também com ajustes).

Os dados são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados nesta terça-feira (30) pelo Ministério da Economia e que abrange apenas contratos regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O saldo de fevereiro é resultado de 1,6 milhão de admissões e 1,2 milhão de desligamentos. Os números contam com nova metodologia desde janeiro de 2020, o que limita a comparação com anos anteriores.

Houve saldo positivo nos cinco setores, liderados por serviços (abertura de 173,5 mil postos). Em seguida, ficaram indústria (93,6 mil postos), comércio (68,1 mil), construção (43,4 mil) e agropecuária (23,1 mil).

As cinco regiões apresentaram saldo positivo em fevereiro, lideradas pelo Sudeste (criação de 203 mil postos). Em seguida, vieram Sul (105,1 mil), Nordeste (40,8 mil), Centro-Oeste (40,1 mil) e Norte (12,3 mil). De acordo com o ministério, os números foram impulsionados por uma melhora na economia, por medidas do governo e também por um movimento sazonal em fevereiro -que tradicionalmente mostra melhora em serviços.

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o mercado de trabalho formal está se recuperando em altíssima velocidade e que o país está no caminho certo da recuperação da atividade.

Fábio Pupo/Folhapress

## Inflação do aluguel acumula alta de 31,1% em um ano, diz FGV



O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado) subiu 2,94% no mês de março, informou a FGV (Fundação Getúlio Vargas) nesta terça (30). Em 12 meses, a inflação do aluguel -como o indicador é conhecido- acumula alta de 31,10%.

A variação mensal é a maior para meses de março desde o início do plano Real, em julho de 1994. No acumulado em 12 meses, o resultado deste mês só é menor do que o registrado em maio de 2003, quando o índice chegou a 31,53%.

A inflação do aluguel divulgada nesta terça terá efeito sobre os contratos de locação com vencimento em abril. Se

## Prévia da carga tributária caiu para 31,64% do PIB em 2020

A prévia da carga tributária (peso dos impostos e demais tributos sobre a economia) caiu para 31,64% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, divulgou ontem (30) o Tesouro Nacional. Em 2019, o mesmo indicador tinha atingido 32,51%, diferença de 0,87 ponto percentual.

Segundo o Tesouro, dois fatores pesaram para a diminuição da carga tributária. O primeiro foi a contração da atividade econômica decorrente da pandemia de covid-19. Com a queda na produção e no consumo, menos pessoas pagam impostos. Isso pode ser explicado pelo recuo de 0,55 ponto percentual do PIB na arrecadação de tributos sobre bens e serviços.

O segundo fator foi a isenção de vários tributos durante a pandemia. Somente a redução a zero do Imposto sobre Operações Financeiras

(IOF) sobre o crédito, que vigorou de abril a dezembro do ano passado, respondeu por uma redução de 0,26 ponto percentual do PIB.

Outros tributos com destaque na redução da carga tributária foram o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com impacto negativo de 0,34 ponto percentual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), administrado pelos municípios, com recuo de 0,06 ponto percentual. Os dois tributos são ligados ao consumo e refletem a queda nas vendas.

Todo mês de março, o Tesouro divulga uma estimativa própria da carga tributária do ano anterior. Isso é necessário porque os dados são incluídos na prestação de contas da Presidência da República e a Receita Federal só divulga os dados oficiais de carga tributária no segundo semestre.



o proprietário decidir aplicar integralmente a variação do IGP-M, um aluguel de R\$ 2.000 passará a custar R\$ 2.622 no mês de maio.

Segundo a FGV, o índice continua sofrendo a pressão dos preços de produtos agropecuários. Em março, o efeito dessas altas se espalharam por todos os componentes do IGP-M, que subiram.

André Braz, coordenador de índice de preços, diz que a alta dos combustíveis neste mês contribuiu para a elevação de dois tipos de inflação que compõem o IGP-M, o IPA (Índice de Preço ao Produtor Amplo) e o IPC (Índice de Preços ao Consumidor).

No IPA, o óleo diesel registrou alta de 25,87% em

março, e a gasolina automotiva, 23,81%, as duas maiores influências positivas. As commodities negociadas em dólar, como minério de ferro (2,68%) e soja em grãos (1,93%), subiram menos, mas ainda aparecem em elevação, junto de adubos e fertilizantes (14,32%).

As matérias-primas brutas, diz Braz, subiram menos em março -de 3,72%, em fevereiro, para 2,11%, neste mês-, mas elas acumulam elevação de 70,13% em 12 meses.

“Com uma alta tão elevada assim, elas contaminam outros estágios de processamento, chegando aos bens intermediários e finais”, afirma o pesquisador.

Fernanda Brigatti/Folhapress

## Política

### Atrito com Bolsonaro derruba comandantes das Forças Armadas, na maior crise militar desde 1977



**P**ela primeira vez na história, os três comandantes das Forças Armadas pediram renúncia conjunta por discordar do presidente da República nesta terça (30).

Contrariado pelo movimento, que circulou na noite de segunda, o novo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, participou de uma tensa reunião na qual anunciou que eles estariam demitidos por ordem de Jair Bolsonaro.

No encontro, todos afirmaram que os militares não participarão de nenhuma aventura golpista, mas buscam uma saída de acomodação para a crise, a maior na área desde a demissão do então ministro do Exército, Sylvio Frota, em 1977 pelo presidente Ernesto Geisel.

Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) colocaram seus cargos à disposição.

Eles protestaram contra a demissão sumária, na véspera, do general da reserva Fernando Azevedo da Defesa. O presidente o pressionava a alinhar as Forças com a defesa política do governo e o apoio a medidas contra o isolamento social na pandemia.

O recado chegou a Braga Netto na noite anterior, e ele pediu o encontro para tentar dissuadi-los. Na reunião da manhã, falou com os três e com seu antecessor ainda no cargo, o também general da reserva Fernando Azevedo, demitido por Jair Bolsonaro na segunda.

Houve momentos de ten-

são na reunião, segundo relatos. Com efeito, na nota emitida pelo Ministério da Defesa, é dito que os comandantes serão substituídos - e não que haviam pedido para sair.

É uma forma de Bolsonaro asseverar autoridade em um momento conturbado, evocando princípio de hierarquia. Ao mesmo tempo, evitar amplificar a crise evidenciando o mal-estar dos chefes militares.

Na reunião, segundo relatos feitos à reportagem, o comandante da Marinha teve um momento de exaltação com Braga Netto. Insatisfeito com a demissão de Azevedo, o almirante apontou que a mudança pode gerar apreensão no país e que afeta a imagem das Forças Armadas.

Folhapress

### “Reformas ministeriais são comuns nos governos”, diz Pacheco

**O** presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse que a saída conjunta dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica faz parte de uma “reforma ministerial”. Essa saída ocorreu hoje (30), um dia após o general Fernando Azevedo e Silva deixar o comando do Ministério da Defesa. Na oportunidade, as chefias de outras cinco pastas também foram trocadas.

“As reformas ministeriais são comuns nos governos e não podemos tratar de forma excepcional. Dessa forma, atingiu seis posições, uma delas Ministério da Defesa”, disse Pacheco. Segundo ele, a saída dos comandantes é “uma questão afeita ao Ministério da Defesa, às Forças Armadas”, disse, em entrevista coletiva, na tarde de ontem(30).

Pacheco comentou ainda que precisava confiar nas intenções do presidente Jair Bolsonaro. “Minha obrigação como presidente do Senado é acreditar e confiar que se trata de uma troca ministerial, uma reforma ministerial dentro dos limites da prerrogativa do presidente da República em fazer substituições”.

Por fim, afirmou que as Forças Armadas têm o compromisso constitucional de garantir a paz. “É esse o compromisso das Forças Armadas, de defesa da Constituição, do Estado Democrático de Direito. Temos plena e absoluta confiança nisso. Nesse amadurecimento civilizatório do Brasil”. A pasta da Defesa passará para as mãos do também general Braga Netto, que estava à frente da Casa Civil.

Marcello Brandão/ABR



### Aliado de Bolsonaro tenta ampliar poder do presidente na pandemia, mas líderes da Câmara barram



**A**liado de Jair Bolsonaro, o líder do PSL na Câmara, Vitor Hugo (PSL-DF), apresentou um projeto que daria poderes ao presidente da República para decretar mobilização nacional em questões de grave problema de saúde pública -como a pandemia da Covid-19.

A Constituição dá ao presidente o poder de declarar mobilização nacional, que reúne atividades conduzidas pelo Estado para aumentar os recursos humanos e materiais disponíveis para a defesa, conforme conceito do Ministério da Defesa.

Todos os recursos humanos, financeiros e materiais, durante uma emergência seriam destinados aos esforços

de mobilização nacional.

O projeto de Vitor Hugo, protocolado na Câmara há cinco dias, cria mais duas hipóteses para decretar a mobilização nacional: na saúde pública, diante de situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de pandemia; e na Defesa Civil, diante de catástrofes de grandes proporções, decorrentes de eventos da natureza combinados ou não com a ação humana.

Foi justamente a primeira hipótese acrescida pelo líder do PSL que causou desconforto no Congresso. Parlamentares viram o texto como uma tentativa de criar um mecanismo legal para que a União pudesse intervir diretamente nas ações

de estados e municípios, em meio a atritos entre Bolsonaro, governadores e prefeitos.

O Congresso ainda teria que dar autorização ao decreto presidencial. Ainda assim, o timing da apresentação do projeto, após a troca no ministério da Defesa e com a demissão de três comandantes das Forças Armadas, causou inquietação no Parlamento.

Vitor Hugo tentou obter apoio para votar a urgência do projeto na reunião de líderes na Câmara nesta terça-feira, mas eles acabaram barrando a iniciativa do deputado. O aliado de Bolsonaro, com isso, não conseguiu apoio para que a proposta tramite em regime de urgência.

Folhapress

## Primeiro foi o J.P. Morgan. Agora, a CSU. Por que o FitBank atraiu essas empresas?



**D**ono da infraestrutura de pagamentos por trás de fintechs, contas e bancos digitais no País, o FitBank saiu da “toca” em julho de 2020. Na época, a empresa brasileira viu seu nome em destaque ao anunciar um aporte do J.P. Morgan, de valor não revelado. Nesta segunda-feira, a fintech volta a entrar em cena para dar mais um recado ao mercado: a captação de um investimento de R\$ 30 milhões, com a participação da brasileira CSU, empresa que atua nas áreas de cartões, meios de pagamento e de soluções para fidelização e incentivo de clientes.

Na rodada, a CSU responderá pelo montante de R\$ 10 milhões, em troca de uma fatia minoritária na operação. Os R\$ 20 milhões restantes serão aportados pela FitBank Holdings, veículo que reúne os sócios pessoas físicas que já investiram na startup desde a sua fundação, em 2015.

Esse time reúne nomes como Marcelo Maisonnave, Pedro Englert e Eduardo Glitz, ex-sócios da XP; e Alejandro Vollbrechthausen e João Chacha, ex-executivos do Goldman Sachs. Com o investimento, o FitBank está sendo avaliado em R\$ 280 milhões.

“Tivemos uma primeira etapa, com esses sócios, em que era importante ter espaço para bater cabeça e encontrar

nosso caminho”, diz Otavio Farah, cofundador e CEO do FitBank, ao NeoFeed. “Agora, com o J.P. Morgan e a CSU, estamos fechando um segundo ciclo, de sócios estratégicos, para acelerar nosso crescimento.”

Questionado sobre o que tanto atraiu essa relação de sócios e investidores de renome, Farah não titubeia. “Desde a nossa primeira linha de código, somos extremamente voltados ao produto e fomos mostrando que entregamos o que prometemos”, destaca. “Com isso, nós conseguimos trazer sócios que completam nossas capacidades, mas que, ao mesmo tempo, precisam do produto que criamos.”

NeoFeed

## Na startup Amyi, olfato e tecnologia caminham de mãos dadas



**A**s empreendedoras Larissa Mota e Luciana Guidi já trabalhavam no mercado de perfumaria. Ambas atuaram na operação brasileira da gigante americana Mary Kay, e Larissa passou dois anos, nos Estados Unidos, na Givaudan, maior empresa do mundo no mercado e aromas e fragrâncias. Mas, vendo como as grandes empresas do segmento produziam suas fragrâncias, decidiram fazer tudo diferente.

Foi assim que decidiram fundar a Amyi, uma startup que vem chamando a atenção no universo da perfumaria. Além do interesse dos investidores, a empresa conquistou reconhecimento internacional. Foi a única marca brasi-

## Speedbird Aero faz parceria com Mercedes-Benz para turbinar o delivery (até de vacinas) via drones

**E**m agosto do ano passado, a Speedbird Aero, de Franca (SP), foi a primeira empresa a receber autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para testar a entrega de produtos com drones no País, ainda em caráter experimental.

Quase nove meses depois, a startup está ganhando uma “carona” para turbinar seu plano de se consolidar como um dos principais nomes do setor. A empresa fechou uma parceria com a Mercedes-Benz para o desenvolvimento e a operação de um furgão que será usado como base móvel para a decolagem e o pouso de seus drones.

Com duração de três anos, o acordo inclui a conversão dos modelos Sprinter em veículos equipados com os chamados “droneports”. O

modelo já está sendo testado em algumas das operações. A parceria passa ainda pela implantação de um centro operacional da startup nas instalações da montadora.

“O fato de combinar o modal aéreo com o terrestre vai nos dar mais capilaridade”, diz Manoel Coelho, cofundador e CEO da Speedbird Aero, ao NeoFeed. “Com esse drone ponto móvel, é possível atender demandas variáveis, inclusive em locais de difícil acesso, áreas remotas e em situações de emergência.”

A ideia é usar o veículo como modal intermediário entre a primeira e última milha. O furgão tem capacidade de receber pousos e decolagens de menor porte, na traseira do veículo. Já os equipamentos maiores realizam essas mesmas operações no teto da van.

NeoFeed



leira a aparecer no relatório Ones to Watch 2021: Fragrance Discovery Innovators, elaborado pela consultoria de inovação e tendências WGSN.

A startup funciona da seguinte forma. Antes de escolher um dos perfumes disponíveis, o cliente pode encomendar um kit sensorial. O pedido é feito pelo site e ele recebe em casa uma caixa com amostras das nove fragrâncias do portfólio, além de acesso a uma plataforma online. Ele tem um prazo de três meses para passar pela “jornada Amyi”, como a marca chama a experiência.

O cliente prova cada uma, assiste a vídeos sobre o processo criativo e responde a perguntas de um roteiro

criado a partir de associações com cores e sentimentos. No final, dá notas para todas elas e, a partir das respostas, o sistema, baseado em inteligência artificial, gera um ranking de fragrâncias, o que ajuda na escolha final. Com a decisão tomada, o cliente recebe em casa um frasco grande do perfume escolhido.

A empresa, lançada oficialmente em novembro de 2019, entra na categoria de perfumaria de nicho, um segmento pequeno no Brasil, mas que vem ganhando notoriedade lá fora. “Nossa inovação passa por duas frentes: a comunicação e o desenvolvimento de produto”, diz Luciana Guidi, cofundadora da Amyi.

NeoFeed





# Publicidade Legal



## VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 64.835.226/0001-95 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – CEP 04553-900 – Brooklin Paulista-SP

### Relatório da Administração

Senhores Quotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019. A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota
Disponibilidades		114	113	Outros passivos	6
Instrumentos financeiros		5.327	5.501	Outros passivos	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.323	5.378	Patrimônio líquido	7
Ativos fiscais diferidos	5	4	123	Capital social	
				Reservas	
				Total do passivo	
<b>Total do ativo</b>		<b>5.441</b>	<b>5.614</b>		

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>51</b>	<b>143</b>	<b>571</b>	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4	51	143	571	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>51</b>	<b>143</b>	<b>571</b>	
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(78)</b>	<b>(196)</b>	<b>(206)</b>	
Outras despesas administrativas	9	(75)	(189)	(179)	
Despesas tributárias	10	(3)	(7)	(27)	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários</b>		<b>(27)</b>	<b>(53)</b>	<b>365</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(122)</b>	
Provisão para imposto de renda	8	—	—	(67)	
Provisão para contribuição social	8	—	—	(55)	
<b>Lucro/Prejuízo do semestre/exercício</b>		<b>(27)</b>	<b>(53)</b>	<b>243</b>	
<b>Lucro/Prejuízo líquido por cota do capital social- R\$</b>		<b>-0,16</b>	<b>-0,31</b>	<b>1,40</b>	

Demonstrações de Resultados Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)					
	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019		
<b>Lucro/Prejuízo do semestre/exercício</b>	<b>(27)</b>	<b>(53)</b>	<b>243</b>		
<b>Resultado abrangente do semestre/exercício</b>	<b>(27)</b>	<b>(53)</b>	<b>243</b>		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)					
	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019		
<b>Prejuízo líquido ajustado do semestre</b>	<b>(27)</b>	<b>(53)</b>	<b>243</b>		
<b>Variação em Ativos Operacionais – (Aumento) Diminuição</b>	<b>10</b>	<b>174</b>	<b>7.923</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	55	7.830		
Outros instrumentos financeiros	3	119	93		
<b>Variação em Passivos Operacionais – (Aumento) Diminuição</b>	<b>—</b>	<b>(120)</b>	<b>(118)</b>		
Outros Passivos	—	(120)	(118)		
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) das Atividades Operacionais</b>	<b>(17)</b>	<b>1</b>	<b>8.048</b>		
<b>Atividades de Financiamentos</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(8.000)</b>		
Dividendos Pagos	—	—	(8.000)		
<b>Caixa e equivalentes de Caixa</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		
No início do período	131	113	65		
No fim do período	<b>114</b>	<b>114</b>	<b>113</b>		

**1. Contexto Operacional** – A VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”) foi constituída tendo como objeto: (a) a subscrição, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, de emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (b) a intermediação de ofertas públicas e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (c) a compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, com a observância da regulamentação das agências reguladoras envolvidas; (d) a administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; (e) a execução de funções de agente fiduciário; (f) a constituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento; (g) a constituição de sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; (h) a prestação de serviços de intermediação, assessoria e/ou assistência técnica em atividades relacionadas com o mercado financeiro e de capitais; e (i) a execução de outras atividades expressamente autorizadas por lei ou normativos expedidos por agências reguladoras.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), moeda funcional da Distribuidora. As Resoluções CMN nº 4.720/2019 e BCB nº 2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras com o objetivo principal de trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade. *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Distribuidora realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme art 23º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e a Demonstração do Resultado Abrangente. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

Classificação do Cosif	31.12.2019	31.12.2020	Nova classificação
Disponibilidades	113	131	Disponibilidades
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.378	5.378	Instrumentos financeiros
Outros créditos	123	123	Ativos fiscais diferidos
Outras obrigações	123	123	Outros passivos
Capital social	3.676	3.676	Capital social
Reserva de lucros	1.815	1.815	Reservas

**3. Principais Práticas Contábeis** – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil ao ano para imposto de renda e 20% para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Distribuidora não possui IR e CS diferido, nem créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **e) Resultado recorrente/não recorrente:** Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Cotistas da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase:** Chamamos a atenção para o fato de substancialmente as operações da VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

**A Diretoria**  
Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/0-2

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/0-6

Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/0-8

## Moedas globais: dólar opera em alta ante pares, com foco em recuperação nos EUA

O dólar operou em alta ante suas principais moedas concorrentes nesta terça-feira, com as perspectivas de recuperação robusta da economia dos Estados Unidos neste ano apoiando a divisa americana. A alta dos juros dos Treasuries também deu suporte ao dólar, com a perspectiva de avanço na inflação alimentando a expectativa de aperto monetário no futuro.

No fim da tarde em Nova York, o euro recuava a US\$ 1,1721, a libra operava em queda a US\$ 1,3731, enquanto o dólar tinha alta a 129,33 ienes. Mais cedo, o dólar atingiu sua maior cotação ante a moeda japonesa em um ano, segundo apontam analistas. O índice DXY, que mede a variação do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, fechou em alta de 0,38%, aos 93,297 pontos.

O noticiário econômico nos EUA foi o principal driver para o mercado cambial hoje. Investidores acompanharam falas de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), otimistas com as perspectivas de crescimento no país diante do acelerado ritmo de vacinação contra a covid-19, além dos estímulos fiscais adotados pelo governo do presidente Joe Biden, que apresentará amanhã um novo pacote voltado ao setor de infraestrutura.

Nesta terça, foi divulgado o índice de sentimento dos consumidores americanos de março medido pelo instituto Conference Board, que registrou alta bem acima das expectativas de analistas consultados pelo The Wall Street Journal. O resultado forte do indicador reforçou a perspectiva de melhora da economia dos EUA.

## Juros caem com dados econômicos, Campos Neto e à espera de ajuste do Orçamento

Um conjunto de fatores do cenário doméstico nesta terça-feira trouxe alívio à curva de juros, com taxas em queda, mais acentuada nos vencimentos curtos e miolo, que tem concentrado as maiores posições do mercado. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 encerrou a sessão regular em 4,655%, de 4,776% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2023 caiu de 6,654% para 6,42%. O DI para janeiro de 2025 fechou com taxa de 8,07%, de 8,266% na segunda-feira, e a do DI para janeiro de 2027 terminou a 8,69%, de 8,834%.

O operador de renda fixa da Terra Investimentos Paulo Nepomuceno afirma que o dia não teve um driver claro, mas que a reforma ministerial ajudou, embora tenha sido, para ele, feita de forma "atabalhoada". "A curva ganhou muito prêmio nas últimas sessões com apostas de que haveria ruptura do governo com o Centrão, o que não ocorreu", explicou. Ao contrário, os partidos do Centrão ganharam espaço. A Secretaria de Governo foi destinada à deputada Flávia Arruda (PL-DF), o que foi visto como um gesto de aceno ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A indicação também agrada pelo fato de a deputada ter atuado como presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), e pode ser uma aliada da equipe econômica para a questão da peça orçamentária. O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, disse que, por ter presidido a CMO, ela tem habilidade para entender "como precisa ser conversado para resolver o problema" porque participou de todo o processo. O Orçamento virou o grande bode na sala e, após a repercussão negativa das manobras para acomodar emendas no texto, o mercado confia que ajustes serão feitos.

IstoéDinheiro

**Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos**  
CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441  
**Aviso aos Acionistas**  
Acham-se à disposição dos acionistas, na sede da companhia, os documentos, a que se referem o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.  
**A Diretoria.**

Confira nosso site:  
**datamercantil.com.br**

## Rousselot Gelatinas do Brasil Ltda.

CNPJ: 06.538.082/0001-09

Demonstrações Financeiras referente exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais - Ativo		Balancos Patrimoniais - Passivo		Demonstração dos Resultados	
	2020	2019		2020	2019
<b>Circulante</b>	<b>352.667</b>	<b>248.598</b>	<b>Circulante</b>	<b>97.579</b>	<b>95.180</b>
Caixa e equivalentes de caixa	66.163	53.564	Fornecedores	38.915	43.609
Contas a receber de clientes	138.721	112.060	Empréstimos	1.554	895
Estoques	60.186	52.309	Outros passivos	57.110	50.676
Outros ativos	87.597	30.665	<b>Não circulante</b>	<b>221.375</b>	<b>86.421</b>
<b>Não circulante</b>	<b>318.175</b>	<b>234.644</b>	Empréstimos	202.906	82.906
Contas a receber	4.797	5.647	Outros passivos	18.469	3.515
Outros ativos	13.859	20.794	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>351.888</b>	<b>301.641</b>
Imobilizado	299.446	208.021	Capital social	65.873	65.873
Intangível	73	182	Reservas de lucros	254.771	243.182
<b>Total do ativo</b>	<b>670.842</b>	<b>483.242</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	31.244	(7.414)
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>670.842</b>	<b>483.242</b>

Dimas Ribeiro Martins - Diretor Geral

## Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.

CNPJ/MF nº 24.011.952/0001-79

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado)	
	2020	2019		2020	2019
<b>Ativos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulantes</b>	<b>3.556</b>	<b>2.785</b>	<b>15.745</b>	<b>8.228</b>	<b>8.228</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1	9	44	1.676	1.676
Títulos e valores mobiliários	4	1	11.552	2.843	2.843
Contas a receber	–	–	3.191	3.102	3.102
Impostos e contribuições a recuperar	11	11	52	107	107
Dividendos a receber	3.539	2.763	–	–	–
Outros ativos	1	1	906	500	500
<b>Não circulantes</b>	<b>115.040</b>	<b>125.500</b>	<b>284.245</b>	<b>297.237</b>	<b>297.237</b>
Caixa Restrita	–	–	554	2.514	2.514
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	9.642	7.382	7.382
Contas a receber	–	–	3.004	3.213	3.213
Partes relacionadas	1.504	1.500	–	–	–
Ações preferenciais resgatáveis	34.826	38.935	–	–	–
Investimentos	78.710	85.065	–	–	–
Imobilizado	–	–	270.777	283.835	283.835
Intangível	–	–	268	293	293
<b>Total dos ativos</b>	<b>118.596</b>	<b>128.285</b>	<b>299.990</b>	<b>305.465</b>	<b>305.465</b>
<b>Passivos e patrimônio líquido</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>
<b>Circulantes</b>	<b>1.224</b>	<b>696</b>	<b>14.130</b>	<b>10.530</b>	<b>10.530</b>
Fornecedores	34	33	516	357	357
Empréstimos e financiamentos	–	–	8.940	7.639	7.639
Debêntures	1.187	661	1.187	661	661
Arrendamentos	–	–	25	22	22
Dividendos a pagar	–	–	–	–	–
Obrigações trabalhistas	–	–	23	19	19
Obrigações tributárias	3	2	659	921	921
Outros passivos	–	–	2.780	911	911
<b>Não circulantes</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Empréstimos e financiamentos	–	–	164.966	163.884	163.884
Partes relacionadas	–	–	–	–	–
Debêntures	44.631	43.621	44.631	43.621	43.621
Arrendamentos	–	–	2.368	2.324	2.324
Outros passivos	–	–	1.154	1.138	1.138
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>44.631</b>	<b>43.621</b>	<b>213.119</b>	<b>210.957</b>	<b>210.957</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>72.741</b>	<b>83.968</b>	<b>72.741</b>	<b>83.968</b>	<b>83.968</b>
Capital social	80.431	80.431	80.431	80.431	80.431
Reserva legal	–	–	1.054	1.054	1.054
Reserva de Lucros (prejuízos acumulados)	(7.690)	2.483	(7.690)	2.483	2.483
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>118.596</b>	<b>128.285</b>	<b>299.990</b>	<b>305.465</b>	<b>305.465</b>
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(8.744)</b>	<b>(2.492)</b>	<b>(8.744)</b>	<b>(2.492)</b>	<b>(2.492)</b>
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>(8.744)</b>	<b>(2.492)</b>	<b>(8.744)</b>	<b>(2.492)</b>	<b>(2.492)</b>

**ingai** Incorporadora S.A.  
CNPJ/MF nº 59.557.009/0001-40

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos, à apreciação de V.S.s., as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2020

**A Diretoria.**

Balancos Patrimoniais encerrado em 31/12/2020 (Em R\$)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em R\$)		
	2020	2020	2019	
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>	
<b>Circulante</b>	<b>4.909.157</b>	<b>5.038.895</b>	<b>128.436</b>	
Caixa	967	1.262	121.738	
Bancos	73.589	52.372	(4.443)	
Aplicações Financeiras	4.116.800	4.295.076	12.394	
Outros Créditos	382.832	376.290	(6.087)	
Estoque de Imóveis	281.214	281.214	11.043	
Despesas Antecipadas	53.755	32.682	11.207	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>5.462.503</b>	<b>6.823.995</b>	<b>111.207</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>248.505</b>	<b>248.505</b>	<b>111.207</b>	
Prestações a Receber	73.823	73.823	91.944	
Outros Créditos	174.681	174.681	312.356	
<b>Investimentos</b>	<b>5.148.682</b>	<b>6.308.911</b>	<b>1.920.999</b>	
Aplicações Incentivadas Fiscais	–	8.635	(2.198.281)	
Participações Societárias	5.148.682	6.308.911	(122)	
<b>Imobilizado</b>	<b>61.456</b>	<b>262.720</b>	<b>(1.818.134)</b>	
Imóveis em Uso	617.670	617.670	2.363.447	
Móveis e Utensílios	179.715	179.715	(355.309)	
Máquinas e Equipamentos	196.816	196.816	190.004	
Veículos	936.104	936.104	(676.609)	
Outras Imobilizações	13.308	13.308	–	
(-) Depreciação Acumulada	(1.882.157)	(1.680.893)	–	
<b>Intangível</b>	<b>3.860</b>	<b>3.860</b>	<b>(1.776.230)</b>	
Bens Incorpóreos	3.860	3.860	2.363.447	
<b>Total do ativo</b>	<b>10.371.660</b>	<b>11.862.890</b>	<b>1.208.070</b>	
<b>Passivo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>	
<b>Circulante</b>	<b>99.144</b>	<b>128.436</b>	<b>14.000</b>	
Fornecedores	20.325	33.685	2.363.447	
Ordenados a Pagar	60.631	70.830	2.363.447	
Obrigações Fiscais Recolher	18.189	24.120	91.822	
<b>Passivo não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(974.680)</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10.272.516</b>	<b>11.734.455</b>	<b>(1.651.942)</b>	
Capital Social	9.000.000	9.000.000	–	
Reservas Lucros	1.044.171	1.044.171	–	
Lucro/Prejuízo	228.345	1.690.283	–	
<b>Total do passivo</b>	<b>10.371.660</b>	<b>11.862.890</b>	<b>–</b>	
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020</b>	<b>Capital subscrito</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Prejuízo Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>9.000.000</b>	<b>1.044.171</b>	<b>2.754.163</b>	<b>(1.063.879)</b>
Ajustes Anos Anteriores	–	–	–	–
Resultado exercício 2020	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>9.000.000</b>	<b>1.044.171</b>	<b>1.102.221</b>	<b>(873.875)</b>

culante Exigíveis em até 360 dias foram demonstrados como Circulante;  
3) A depreciação foi calculada pelo método linear, baseada na estimativa da utilidade econômica dos bens; 4) Capital Social dividido em 6.701.035.302 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal; 5) Investimentos em Participações Societárias avaliados pelo Mét. Equivalência Patrimonial.

**Claudio Bernardes** – Diretor Presidente  
**Claudio Bachecha Junior** – TC CRC 1SP 226.547/O-8

## Bolsa emenda quarto ganho ao fechar em alta de 1,24%, aos 116.849,67 pontos

Na penúltima sessão do mês, o Ibovespa resistiu ao teste dos 115 mil pontos (114.999,15 na mínima do dia) e retomou a linha dos 116 mil ainda pela manhã, pouco antes da 11 horas, para não mais deixá-la até o encerramento, em alta de 1,24%, a 116.849,67 pontos, apesar do dia negativo em Nova York e para o petróleo, com a normalização da passagem pelo canal de Suez. Nesta terça-feira, em quarto ganho consecuti-

vo, o índice atingiu o maior nível de fechamento desde 19 de fevereiro (118.430,53 pontos), indiferente ao aumento da temperatura em Brasília, em meio à repentina troca de comando das Forças Armadas por iniciativa do presidente Jair Bolsonaro.

Em março, faltando apenas a sessão da quarta-feira, 31, o Ibovespa acumula ganho de 6,19%, limitando as perdas do ano a 1,82%. Na máxima desta terça, o índice da B3 foi aos 117.090,07 pon-

tos, maior nível intradia desde 22 de fevereiro (118.388,07). O giro, ainda relativamente acomodado, foi a R\$ 33,0 bilhões nesta sessão.

Assim, descolado do dia moderadamente cauteloso em Nova York após o blue chip Dow Jones ter renovado máxima histórica no dia anterior, a proximidade do fim de mês e trimestre, na quarta, suscitou um ajuste nas carteiras, favorecendo as compras de ações, com diversas ofertas de desconto.

IstoéDinheiro





CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

**10. Investimentos – Participação em Controlada e Controlada em Conjunto no País**

	VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.	
	Controlada		Controlada em conjunto	
	31/12/2020	31/12/2019	29/02/2020	31/12/2019
% de participação	95,46%	95,46%	31,03%	31,03%
Capital social				
Patrimônio líquido	5.438	5.491	169.199	169.957
Lucro líquido	(54)	243	(758)	30.771
Valor contábil do investimento	5.190	5.242	52.510	52.745

**b) Resultado de participação em controladas**

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(25)	(51)	232
VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.	–	(235)	9.550
	(25)	(286)	9.782

Em 01 de abril de 2020, foi aprovado, à redução do capital social do Banco mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. de 29 de fevereiro de 2020. As participações em controlada, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços na data-base de 31 de dezembro de 2020 e 2019, e em controlada em conjunto em 29 de fevereiro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**11. Imobilizado**

	2020		2019	
	anuais de depreciação corrigido	Custo Depreciação Acumulada Líquido	anuais de depreciação corrigido	Custo Depreciação Acumulada Líquido
Instalações	10	45	(45)	45
Máquinas e equipamentos	10	53	(50)	3
Móveis e equipamentos	10	9	(8)	1
Equipamentos informática	20	94	(70)	24
		<b>201</b>	<b>(173)</b>	<b>28</b>
			<b>201</b>	<b>(162)</b>
				<b>39</b>

**12. Depósitos**

	2020	2019
Depósitos à vista	16.119	8.518
Depósitos a prazo	340.271	451.273
Depósitos interfinanceiros	5.323	5.378
	<b>361.713</b>	<b>465.169</b>

Curto prazo 17.742 15.704  
Longo prazo 343.971 449.465

A principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 1,66% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 98,34% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 22).

**13. Outros Passivos**

	2020	2019
Provisão para impostos e contribuições a recolher (nota 15)	182	624
Provisão para riscos fiscais (notas 15 e 16.b)	12.379	12.293
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16.b)	234	1.262
Provisão para outros riscos – cíveis (nota 16.b)	275	275
Provisão para pagamentos a efetuar	550	604
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	4.879	4.879
Pagamento a fornecedor (b)	14.308	17.712
Outros	268	131
	<b>33.075</b>	<b>37.780</b>

Curto Prazo 20.187 23.950  
Longo Prazo 12.888 13.830

a) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi instituído pela Lei nº 13.496/17. Em conformidade com o artigo 2º, parágrafo 2º, o Banco utilizou Prejuízo Fiscal de Base Negativa de sua controladora, Szajman Participações Societárias S.A. para pagamento de seus débitos perante a RFB, desta forma, o Banco possui um valor a pagar a sua controlada referente a aquisição desses créditos.  
b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos Ecs (estabelecimentos comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A.

**14. Imposto de Renda e Contribuição Social – Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:**

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(2.297)	(1.564)	11.645
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.034	704	(4.658)
Exclusões (adições):	205	231	4.299
Resultado de participação em controlada	(12)	(129)	3.913
Outras	217	360	386
Imposto de renda e contribuição social	304	–	(359)

**15. Outros Passivos – Fiscais e Previdenciários**

	2020	2019
Impostos e contribuições a recolher	182	624
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	12.379	12.293
	<b>12.561</b>	<b>12.917</b>

Curto prazo 182 624  
Longo prazo 12.379 12.293

**16. Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias**

	2020	2019
Provisão para riscos fiscais (a)	12.379	12.293
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	275	275
Total	<b>12.888</b>	<b>13.830</b>

(a) Classificados na rubrica "Outros passivos – Fiscais e Previdenciárias" no exigível a longo prazo, vide nota 15. (b) Classificados na rubrica de "Outros passivos – Diversas".

**c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	11.708	1.646	250
Depósitos	–	225	–	225
Baixas por pagamento	(137)	(709)	–	(846)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.571	1.162	250	12.983
Depósitos	4.644	18	–	4.662
Baixas por pagamento	–	(1.100)	–	(1.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.215	80	250	16.545

**b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza**

	2020	2019
Provisão para riscos fiscais (a)	12.379	12.293
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	234	1.262
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	275	275
Total	<b>12.888</b>	<b>13.830</b>

(a) Classificados na rubrica "Outros passivos – Fiscais e Previdenciárias" no exigível a longo prazo, vide nota 15. (b) Classificados na rubrica de "Outros passivos – Diversas".

**c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	12.117	1.860	293
Constituição (1)	176	165	–	341
Baixas (2)	–	(763)	(18)	(781)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	12.293	1.262	275	13.830
Constituição (1)	86	175	–	261
Baixas (2)	–	(1.203)	–	(1.203)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	12.379	234	275	12.888

Aos Administradores e Acionista do Banco VR S.A. – São Paulo-SP  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco VR S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Ênfase:** Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações do Banco VR S.A. são realizadas com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 22 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se

1) Valor referente a constituição de provisão registrado em outras despesas operacionais (nota 21). 2) Tem por natureza reversão de provisões para riscos trabalhistas e cíveis, devido a encerramento de processos, registrado em outras receitas operacionais (nota 20). **Riscos Trabalhistas:** São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação. **Riscos Cíveis:** São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência. **Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias:** Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é: • IRPJ – Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2020			2019		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Fiscais						
Provável	1	3.224	1.906	1	3.138	1.906
Possível (*)	2	169	4.710	1	169	66
Remota (*)	1	8.986	9.599	1	8.986	9.599
Trabalhistas						
Provável	5	234	80	6	1.262	1.162
Possível (*)	–	–	–	–	–	–
Remota (*)	–	–	–	–	–	–
Ativo não Circulante	–	–	16.545	–	–	12.983
Passivo não Circulante	–	–	12.888	–	–	13.830

(\*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorre uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

**17. Patrimônio Líquido** – O capital social está representado em 31 de dezembro de 2020 por 3.808.236 ações ordinárias (5.941.482 ações ordinárias em 2019), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 93.738 (R\$ 146.248 em 2019).

Em 14 de agosto de 2020, o Banco central do Brasil aprovou a redução do capital, atualmente de R\$ 146.248 para R\$ 93.738, com uma redução, portanto, de R\$ 52.510, por julgar o capital do Banco excessivo em relação ao seu objeto social. Em contraprestação à redução de capital ora aprovada, o valor total correspondente à redução do capital social do Banco será restituído de forma proporcional ao seu acionista controlador Szajman Participações Societárias S.A. mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Não foram destinados dividendos mínimos obrigatórios sobre o resultado dos exercícios de 2020 e 2019 devido ao fato do Banco possuir prejuízos acumulados.

**18. Receitas de Prestação de Serviços**

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas por serviço de pagamento (a)	1.058	4.385	10.369
Rendas de tarifas bancárias	2.983	5.112	4.659
Outras	18	19	8
	<b>4.059</b>	<b>9.516</b>	<b>15.036</b>

(a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos Ecs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos Ecs pelo Banco.

**19. Outras Despesas Administrativas**

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de aluguel	88	179	34
Despesas de comunicações	67	127	122
Despesas de processamento de dados	1.288	2.668	2.278
Despesas de serviços de terceiros	665	1.215	1.154
Despesas de serviços de vigilância e segurança	86	227	322
Despesas de serviços de técnicos e especializados	736	1.072	605
Despesas de publicações	–	125	146
Despesas de serviços do sistema financeiro	766	1.436	1.528
Despesas de amortização e depreciação	5	11	11
Outras	147	257	236
	<b>3.848</b>	<b>7.317</b>	<b>6.436</b>

**20. Outras Receitas Operacionais**

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisões diversas	–	129	401
Reversão de provisões trabalhistas e cíveis	1.100	1.203	781
Ganhos de processos judiciais (a)	–	2.073	343
Remuneração de impostos a compensar	3	9	15
Outras	1	1	1
	<b>1.104</b>	<b>3.415</b>	<b>1.541</b>

(a) Em 02 de janeiro de 2020, o Banco VR S.A. recebeu um imóvel no valor R\$ 1.920 como garantia de uma operação de crédito antiga, tal bem está registrado como BNDU (Bens não de uso próprio).

**21. Outras Despesas Operacionais**

	2020	2020	2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais (a)	80	261	341
Obrigações legais	167	490	625
Devolução de tarifas	208	208	–
Acordo de processos baixa por pagamento (b)	961	989	634
Outras	1	1	92
	<b>1.417</b>	<b>1.949</b>	<b>1.692</b>

(a) Valor referente a constituição de provisão para riscos fiscais e obrigações legais (nota 16 c). (b) Refere-se principalmente a resgate de depósitos judiciais da contraparte conforme acordos celebrados em ações trabalhistas.

**22. Transações entre Partes Relacionadas – a) Remuneração da Administração:** Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração total do pessoal-chave da administração foi de R\$ 133 (R\$ 126 em 2019), a qual é considerada benefício de curto prazo. **b) Operações de crédito:** Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições: • As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. • O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais: - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. Não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares. **c) Transação com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere aos prazos de vencimento e às taxas de remuneração pactuadas. Os saldos nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser resumidos como segue:

	2020		2019	
	Exercício Ativo (passivo)	2º Semestre Receitas (despesas)	Exercício Receitas (despesas)	Exercício Ativo (passivo)

**Szajman Participações Societárias S/A (Controladora)**  
Depósitos à vista (6) – (6)  
Captações em depósitos a prazo (1.567) (31) (56) (1.598) (78)  
Valores a pagar a sociedades ligadas (4.879) – – (4.879) –

**VR DTVM (Controlada)**  
Depósitos à vista (114) – – (113) –  
Captações em depósitos interfinanceiros (5.323) (51) (143) (5.378) (571)

	2020		2019	
	Exercício Ativo (passivo)	2º Semestre Receitas (despesas)	Exercício Receitas (despesas)	Exercício Ativo (passivo)

**VR Aluguéis e Serviços S/A (Parte Relacionada)**

Depósitos à vista (35) – – (13) –  
Captações em depósitos a prazo (48.760) (1.242) (1.745) (15.994) (783)

**VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A (Parte Relacionada)**

Depósitos à vista (14.977) – – (7.803) –  
Captações em depósitos a prazo (232.827) (2.139) (8.330) (358.129) (17.524)

**VR Desenvolvimento de Negócios S/A (Parte Relacionada)**

Depósitos à vista (8) – – (4) –  
Captações em depósitos a prazo (344) (7) (12) (336) (16)

**VR Administração, Assessoria e Corretagem de Seguros Ltda. (Parte Relacionada)**

Depósitos à vista (13) – – (7) –  
Captações em depósitos a prazo (5) – – (29) (1)

**Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários Ltda. (Parte Relacionada)**

Depósitos à vista (13) – – – –  
Captações em depósitos a prazo (403) (14) (14) – –

**VR Imóveis e Serviços S**

## Negócios

### iFood quer frota com 10 mil motos elétricas nos próximos 12 meses



Com o agravamento da pandemia de coronavírus no Brasil e a adoção de medidas mais duras pelos governantes para diminuir a circulação de pessoas, as ruas e avenidas foram definitivamente tomadas pelos entregadores. O vai e vem de bikes e motocicletas com os pedidos dos clientes se intensificou nesse período e, com isso, cresceu também a preocupação com a emissão de gases poluentes na atmosfera. Dessa forma, o iFood lançou um novo programa voltado para a sustentabilidade, o iFood Regenera. A empresa montou um ambicioso plano de contar com 10 mil motos elétricas

em até 12 meses, e de realizar 50% das entregas em modais não poluentes até 2025.

Para atingir o objetivo, a foodtech fechou duas parcerias. A primeira com a startup de bikes Tembici, para oferecer planos mais acessíveis de aluguel de bicicletas elétricas. São mais de 2 mil entregadores cadastrados, que compartilham 1.000 bikes elétricas em São Paulo e no Rio de Janeiro. O segundo acordo é com a montadora Voltz, especializadas em motos elétricas. O projeto piloto, que terá início em abril, contará com 30 motocicletas que serão testadas pelos entregadores e, após esse período, a expecta-

tiva é de chegar a marca de 10 mil motos em 12 meses.

A proposta do iFood é estimular o uso desse modo de transporte por meio de uma linha de crédito especial para os entregadores parceiros. Segundo a empresa, o desafio para colocar motocicletas elétricas nas ruas é a escala, uma vez que existe produção, demanda e crédito para a modalidade. A ideia é de que a linha consiga baratear os custos e ser economicamente viável para uma pessoa comprar uma moto elétrica. Na parte de demanda, a aposta é na comunicação, para que a base de 160 mil entregadores do iFood conheça o projeto.

Veja

### Dos brinquedos aos carros, brasileiro troca a compra pelo aluguel



Conveniência, senso de comunidade, respeito ao meio ambiente e sustentabilidade. Esses são alguns dos fatores que levam cada vez mais pessoas a aderirem a negócios baseados na economia compartilhada – um sistema de consumo em que não é mais necessário adquirir um produto ou serviço para usufruir de seus benefícios. São os casos, por exemplo, de plataformas de vídeo em streaming ou de aplicativos de transporte.

O modelo vem se expandindo no mundo todo, já que alugar – e não mais comprar – tem ganhado a preferência do consumidor. Por aqui, muitos brasileiros já descobriam as vantagens desse modelo, principalmente quando o uso

### “Apple da China” imita a Apple também em carros elétricos

A fabricante de smartphones Xiaomi ficou conhecida como a “Apple da China” por conta do estilo de seus aparelhos, parecidos com os da Apple.

Agora, a companhia, que vendeu 146,4 milhões de aparelhos em 2020 e é a terceira maior fabricante de celulares inteligentes do mundo, atrás apenas de Samsung e Apple, pode imitar a empresa comandada por Tim Cook em outra área: a de carros elétricos.

A Xiaomi anunciou nesta terça-feira, 30 de março, que vai lançar uma divisão autônoma dedicada aos veículos elétricos e pretende investir US\$ 10 bilhões nos próximos dez anos.

O CEO e cofundador da Xiaomi, Lei Jun, também será o chefe da nova unidade. O investimento inicial será de US\$ 1,5 bilhão. De acordo com fontes consultadas pela

agência Bloomberg, a companhia vai terceirizar a produção dos veículos em um modelo semelhante ao que usa na fabricação de seus smartphones.

O investimento, no entanto, pode ser ainda maior, de até US\$ 15 bilhões ainda nos primeiros anos. Cerca de 60% dos recursos seriam da própria Xiaomi, enquanto o restante seria captado com investidores externos.

A empresa, que tem valor de mercado de US\$ 83,6 bilhões, não deve escolher nenhuma montadora conhecida como parceira, disseram as fontes. A Xiaomi manifestou interesse pelo mercado de carros elétricos há alguns meses, mas a decisão de investir no setor foi tomada por Lei nas últimas semanas. Engenheiros já foram contratados para trabalhar no desenvolvimento do software que será usado nos veículos.

Neofeed



não é tão frequente. “A mudança de comportamento do cliente, que vem se tornando cada vez mais engajado com o consumo consciente, já é visível”, diz o analista de negócios do Sebrae-SP Marcos Gomes Rabello. “O consumidor brasileiro está começando a se familiarizar e se envolver com esse segmento econômico. A prova disso é a grande adesão a modelos de negócios compartilhados”, observa.

Segundo o consultor, essa mentalidade do consumidor estimula o surgimento de mais oportunidades no mercado. “A abertura do brasileiro à experimentação de novos formatos de negócios e o sucesso de algumas empresas desse segmento são um forte indicativo de que ainda

há muito mercado a se explorar”, afirma.

A empresária Denise Della Nina Andrade é uma das empreendedoras que fizeram dessa nova realidade um negócio bem-sucedido. Em 2015, ela inaugurou a OkiPoki, empresa de aluguel de brinquedos voltada para crianças de um a três anos de idade. Ela teve a ideia a partir de sua própria experiência com a maternidade. “Eu era aquela mãe que queria comprar tudo o que via para a minha filha. Mas, o fim, eu via que era tudo muito caro e usaria pouco. Então, pensei que se houvesse uma forma de alugar e compartilhar esses objetos, outras mães também iriam querer”, lembra.

Exame